

SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF NO ALTO VALE DO ITAJAÍ (2003/04 E 2012)⁴³

Bruna dos Santos Prestes⁴⁴

Maiara Eloi da Silva⁴⁵

Marcia Fuchter⁴⁶

Bruno Thiago Tomio⁴⁷

Resumo: O Pronaf é a política pública de maior relevância na agricultura familiar. Tem por objetivo a geração de renda e o apoio financeiro das atividades agrícolas, através do custeio da safra e do investimento na aquisição de equipamentos e no melhoramento da infraestrutura. Este programa é o principal passo de muitos agricultores para a iniciação de suas atividades. O trabalho tem por objetivo identificar as contribuições do programa para os agricultores do Alto Vale do Itajaí e identificar o crescimento da política pública fornecida pelo governo de forma quantitativa. A estrutura do trabalho está dividida em quatro partes principais: introdução; revisão da literatura; caracterização do Alto Vale do Itajaí; resultados da pesquisa e considerações finais. Nesta estrutura foram desenvolvidos temas referentes ao conceito e abrangência da agricultura familiar e do programa Pronaf, destacando a importância do subsídio a este setor. Foi relatada a história do programa, os motivos que levaram a sua criação e todo o desenvolvimento para chegar a sua estrutura atual. Na caracterização do Alto Vale do Itajaí abordou-se a colonização da região, suas principais culturas e os municípios que mais se destacam nas atividades agrícolas características da região. A metodologia utilizada no referencial teórico foi a bibliográfica de fonte secundária e a documental de fontes primárias. Para a análise dos efeitos e impactos do programa no Alto Vale do Itajaí, foi utilizada como base a metodologia quantitativa. O Pronaf apresentou um crescimento econômico relevante no período analisado, promovendo o crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar na região. Assim, se percebe a importância desta política pública para o aumento da produção e a elevação da renda na propriedade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Pronaf; Alto Vale do Itajaí.

⁴³ Artigo apresentado no IX Encontro de Economia Catarinense, UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC

⁴⁴ Graduanda na 4ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI. E-mail: bruna-prestes@hotmail.com

⁴⁵ Graduanda na 4ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí- UNIDAVI. E-mail: may.loydasilva@hotmail.com

⁴⁶ Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Orientadora, professora do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: marciafuchter@gmail.com

⁴⁷ Mestre em Economia Internacional pela Berlin School of Economics and Law (Berlim, Alemanha) e Orientador, professor do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e professor da Universidade de Blumenau (FURB). E-mail: bttomio@furb.br

SUBSIDIES FOR FAMILY FARMING: CONTRIBUTIONS OF PRONAF IN THE REGION ALTO VALE DO ITAJAÍ/BRAZIL (2003/04 E 2012)

Abstract: Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - National Program for the Strengthening of Family Farming) is the most relevant public policy for family farming in Brazil. It aims at generating income and supporting agricultural activities, through defrayal costs for crop maintenance and modernizing machinery and infrastructure. This program is the main starting point for farmers to set their activities. This study aims at assessing the contributions of this program for farmers in the region of Alto Vale do Itajaí/Brazil and also to identify the quantitative growth of Pronaf in the region. The structure of this research is divided in four main parts: literature review; overview of the region Alto Vale do Itajaí/Brazil; research results and concluding remarks. On this structure, the family farming and Pronaf concepts and comprehensiveness are supplied, highlighting the size of the subsidies to this sector. There is also the history of Pronaf, from its inception to nowadays. In the overview of the region Alto Vale do Itajaí/Brazil, we emphasize its initials settlements, mains crops and the municipalities that stand out as the key agricultural activities. The methodology applied in the literature review is bibliographical, as well as secondary and documentary primary research sources. As regarding the analyses of the program effects' and its impacts on the region, we have used the quantitative analysis. Pronaf has shown significant economic growth in the period between 2003/04 and 2012 by enhancing growth and development for family farming in the region. Thereby, it is clear the importance of this public policy in order to increase production and income for family farmers.

Keywords: Family farming; Pronaf; Alto Vale do Itajaí.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é reconhecida por sua importância tanto no fluxo de empregos quanto na produção de alimentos, focando no caráter social e voltado para o autoconsumo (GUILHOTO, 2008). Este setor contribui para a geração de riqueza do país onde mais de quatro milhões de unidades familiares são distribuídas entre os 26 estados e o Distrito Federal gerando 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e 74% da mão de obra empregada no campo, conforme os dados informados pelo Banco do Brasil (2014).

O Brasil é reconhecido mundialmente por seus abundantes recursos natural. Recursos esses que tem como principal finalidade a exploração da agricultura (TENÓRIO, 2011).

Sendo assim, ficando como quinto maior produtor agrícola do mundo, tendo uma produção somando cerca de US\$ 100 bilhões, segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011). Porém, apesar de todas essas vantagens o volume crescente da produção brasileira ainda tem muito por evoluir.

A implantação de políticas públicas para a agricultura familiar é um fato recente, segundo Mattei (2005), até o início da década de 1990 não existiam nenhum tipo considerável de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, apenas aquelas que privilegiavam os setores mais capitalizados. Foi com a promulgação da Constituição de 1988 que este cenário começou a mudar. Após o reordenamento do Estado brasileiro novos mecanismos para subsídios foram introduzidos tendo em vista democratizar o acesso a esses benefícios.

Em função desse cenário, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado, em 1996, para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais. As organizações dos trabalhadores rurais exigiam uma reforma quanto ao papel do governo para este setor, solicitavam a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para o setor mais fragilizado, no caso, a agricultura familiar. Esse foi um grande marco para os agricultores, pois permitiam a eles o acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (antes eram negligenciados aos agricultores rurais), por meio de organizações e lutas que conquistaram a implantação do programa e seu espaço como uma nova categoria - agricultores familiares (MATTEI, 2005).

O Pronaf tem como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, gerando renda a agricultores e assentados da reforma agrária, sendo estes os assentamentos realizados pelo movimento Sem-terra. O programa possui as mais baixas taxas de juros que podem ser utilizadas no financiamento para custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não (SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores da região do Alto Vale do Itajaí. Com isso, identificando o crescimento ou não do programa através de dados quantitativos.

O presente trabalho se justifica no aspecto teórico por seu fornecimento de dados referentes ao Pronaf. No aspecto prático, contribui para os órgãos de fomento, bem como, para os próprios agricultores, no sentido de conhecerem a realidade a respeito do tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seguir será abordado o referencial teórico, no qual serão relatadas questões referentes e agricultura familiar, os subsídios do governo para este setor, o desenvolvimento do Pronaf e as contribuições do programa para a região do Alto Vale do Itajaí.

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar pode ser conceituada por sua forma de produção onde relaciona em seu processo gestão e trabalho, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). Este setor tem grande importância em seu cultivo de alimentos e sua geração de empregos, ajudando na redução do êxodo rural e contribuindo para economia nacional (GUILHOTO, 2008). Para FAO (Food and Agriculture Organization, 2014) as atividades agrícolas constituídas de base familiar geram o desenvolvimento do meio rural através da organização das produções. A propriedade administrada por uma família rural precisa ter sua mão-de-obra predominantemente familiar para assim ser conceituada.

Nas diferentes regiões brasileiras o agricultor familiar é chamado por inúmeros nomes como caipira, tabaréu, caboclo, entre outros. Para Martins (1986, apud ALTAFIN, 2007) as palavras usadas pra classificar o agricultor rural possuem mais do que apenas seu significado puro. Estes nomes classificam uma pessoa rústica, atrasada e ingênua, sendo desprezada e possuindo uma aparência inferior as outras pessoas. Estas características exibem tal forma pelo fato de o Brasil ter sua história baseada na industrialização, e apresentar sua evolução agrícola em termos designados escravistas e de exploração.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 3º que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos

familiares rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária que classifica as propriedades rurais em economicamente viáveis através de uma área mínima estabelecida, variando de 5 a 110 hectares de acordo com o município. A definição do módulo é estabelecida pelo tipo de exploração predominante do município, a renda obtida com esta exploração, outras explorações existentes e o conceito de propriedade familiar (EMPRAPA, 2012).

A importância da agricultura de base familiar vem ganhando destaque nos últimos tempos, demonstrando que o desenvolvimento deste setor não está direcionado apenas para a produção de alimentos (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007). O despreparo técnico e a falta de incentivos sociais e econômicos são as principais dificuldades encontradas pela agricultura (TENÓRIO, 2011).

A expressão de agricultura familiar no Brasil passou a ser utilizada oficialmente recentemente, antes esta categoria era denotada como de baixa renda, de subsistência e de pequena produção. Segundo Abramovay (1997) o novo segmento de agricultura familiar apresenta-se dinâmico, onde o agricultor tem capacidade de integrar-se aos sistemas de crédito, tem acesso à inovação tecnológica e entra com relevância no mercado competitivo. Para o autor este dinamismo tem base em três fatores básicos: a base material para a produção, como a extensão e fertilidade dos solos; a formação dos agricultores, que vem sendo cada vez mais de extrema necessidade; e o ambiente socioeconômico que atuam, tendo acesso as diversidades do mercado.

O fortalecimento deste setor vem crescendo através das políticas públicas, onde seu papel fundamental está na busca da ampliação de incentivos, que permitem aos produtores

agregarem valor a seus produtos e aumentarem sua renda. (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

2.2 Subsídios do governo a agricultura familiar

O apoio do governo aos setores da sociedade ocorre através de subsídios, sendo este o principal instrumento de políticas públicas, tendo como intuito promover o crescimento econômico e o bem estar social. A agricultura familiar necessita de políticas públicas diferenciadas, que promovam juros menores e apoio institucional (SCHNEIDER, 2006). Por meio deste incentivo buscam-se ganhos na produtividade visando uma maior competitividade em âmbito global (SILVA, 2012).

A agricultura familiar segundo Tenório (2011) não pode ser caracterizada apenas por sua participação, praticamente nula, na balança comercial, pois seu foco principal está no abastecimento do mercado interno. A insegurança de alguns fatores que prejudiquem o processo da produção agrícola, como o clima, faltas de créditos, pragas e doenças, mão-de-obra, consultorias especializadas (agrônomos, técnicos agrícolas, etc.) que possam afetar a quantidade física planejada, é um dos principais motivos que levam os produtores rurais a busca de subsídios devido à incerteza da sua renda, conforme Silva (2012).

O Brasil é um país que diferencia o pequeno, do médio e grande produtor rural por termos estabelecidos por lei, conforme Laudemir Muller (secretário da Agricultura Familiar). A lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal define como pequena propriedade rural aquelas que possuem área entre um e quatro módulos fiscais, média propriedade as de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais, e grande propriedade o imóvel acima de quinze módulos fiscais (BRASIL, 1993). Desta forma, não encontrando nenhum problema em instituir programas de incentivo a agricultura familiar para auxiliar o desenvolvimento do setor (TENÓRIO, 2011).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) apresenta como um dos subsídios a agricultura familiar a Alimentação Escolar, na qual cerca de 30% dos recursos repassados para a

alimentação escolar devem ter como base a agricultura instituída familiar. Outro subsídio oferecido pelo governo é o programa “Mais Gestão” onde proporciona o fortalecimento de cooperativas, garantindo mais acesso a comercialização e contribuindo para a qualificação no sistema de gestão. Além destes subsídios existem os programas de fortalecimento a Agroindústria, de Assistência Técnica, Biodiesel, Crédito Rural, entre outros.

Uma das principais políticas públicas e de maior abrangência a agricultura é o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf) sobre o qual destina apoio financeiro as atividades e serviços rurais (BANCO DO BRASIL, 2014). De acordo com a EPAGRI (2014) o programa tem por finalidade o aumento da produtividade, da geração de empregos, da mão-de-obra e a elevação da renda do produtor rural.

2.3 Programa nacional de fortalecimento a agricultura familiar

Até a década de 1990 não se encontrava no Brasil nenhuma política pública voltada para o setor da agricultura de pequeno porte, apenas as direcionadas aos grandes produtores rurais. Para Schneider, Mattei e Cazella (2004) os pequenos agricultores eram marginalizados sendo considerados produtores improdutivos, de baixa renda, pequenos produtores, produtores familiares e agricultores de subsistência.

Neste contexto os trabalhadores rurais buscaram por meio de organizações e lutas a formulação e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura (MATTEI, 2005). Assim, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) pelo governo de Itamar Franco, operando com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimentos), dando início a política pública do Pronaf que viria ter maior abrangência anos mais tarde (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004).

Na transição do governo para Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi totalmente reformulado, tendo como principal mudança sua concepção e área de abrangência (SCHNEIDER, MATTEI E CAZELLA, 2004). Em 1996 foi apresentada a principal política pública do Governo Federal aos agricultores familiares o Programa Nacional de

Fortalecimento a Agricultura Familiar, Pronaf, pelo Decreto Presidencial nº 1.946. Assim, permitindo a esta categoria o acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Financeiro Nacional que até então era proporcionado apenas aos grandes produtores rurais (MATTEI, 2005).

O Pronaf tem por objetivo a geração de renda por meio de linhas de créditos que auxiliam as atividades rurais. Assim, proporcionando a auto sustentabilidade da propriedade rural através de planejamento e elaboração de projetos que viabilizam o custeio da safra, a compra de equipamentos e o melhoramento da infraestrutura, contemplando todas as fases do desenvolvimento da propriedade rural (SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, 2014).

O Banco Nacional de Desenvolvimento (2014) especifica como objetivo do Pronaf o apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, visando a implantação, a ampliação e a modernização da propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, através de projetos específicos.

O Pronaf apresenta oito linhas de financiamento diferenciadas entre si, onde desenvolve para cada atuação condições diferentes a utilização do programa. 1 - Pronaf Agroindústria apresenta apoio financeiro que visa o beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. 2 - Pronaf Mulher é direcionado a mulher produtora rural, oferecendo propostas de créditos a projetos técnicos. 3 - Pronaf Agroecologia oferece apoio em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos. 4 - Pronaf ECO desenvolve apoio à implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidro energéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. 5 - Pronaf Mais Alimentos apoia o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção. 6 - Pronaf Composição de Dívidas oferece Linha de crédito para pagamentos de dívidas oriundas de operações de financiamento de investimento ou de custeio contratadas no âmbito do Pronaf. 7 - Pronaf Jovem auxilia o novo produtor rural nas atividades de produção, precisando ser maiores de 16 anos e menores de 29 anos. 8 - Pronaf Microcrédito desenvolvem linhas de crédito específicas

a agricultores que apresentem renda bruta familiar maior do que a solicitada pela Declaração de Aptidão ao Pronaf, DAP (BNDES, 2014).

Os produtores que podem ser contemplados por este subsídios precisam estar enquadrados nas condições estabelecidas pelo Pronaf:

1.1.4. Agricultores Familiares que:

- a) Utilizem terras como proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, concessionários do PNRA ou permissionários de áreas públicas.
- b) Residam na propriedade ou em local próximo, de acordo com as características geográficas regionais.
- c) Não disponham a qualquer título de área de terras superior a quatro módulos fiscais.
- d) Tenham no mínimo 50% da renda bruta familiar total vinda do estabelecimento.
- e) Utilizam mão de obra predominantemente familiar, admitido trabalho assalariado frente às exigências sazonais das explorações, podendo ter até dois empregados permanentes.
- f) Obtenham renda bruta familiar total nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 160.000,00, excluídos benefícios sociais e proventos previdenciários rurais.
- g) Caso a renda bruta anual das atividades desenvolvidas no estabelecimento for superior a R\$ 800,00, admite-se a exclusão de até R\$ 10.000,00 da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (EPAGRI, 2014).

Além destes, podem se enquadrarem no programa os pescadores, extrativistas, silvicultores, aquicultores, povos indígenas entre outros que estão devidamente adequados nos requisitos estabelecidos (EPAGRI, 2014).

Para a utilização desta linha de crédito o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) define que o produtor familiar deve procurar o Sindicato Rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é emitida segundo a renda do produtor para avaliação da compatibilidade ao programa.

O Pronaf apresenta as mais baixas taxas de juros dentre os financiamentos rurais. Para créditos de custeio os juros cobrados pelos bancos são de 1,5% a.a. para empréstimos de até R\$ 10.000,00; juros de 3% a.a. para empréstimos entre R\$ 10.000,00 à R\$ 30.000,00 e juros de 3,5% a.a. para operações acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 100.000,00. Para créditos de investimento as taxas de juros são de 1% a.a. para operações até R\$ 10.000,00 e taxas de 2% a.a. para operações com valor superior a esse até R\$ 300.000,00. Vale ressaltar que acima desse valor não se enquadra mais ao programa. (BANCO CENTRAL, 2014).

3 CARACTERIZAÇÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

O Alto Vale do Itajaí localiza-se na região central do estado de Santa Catarina, situado entre a Serra do Mar e a Serra Geral, na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, que é formado pelos Rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste (SUCESSO/SA, 2012). A região possui 9.031 km² que correspondem a 9,43% do território catarinense. Em 2010, possuía 291.840 habitantes, equivalente a 4,67% da população de Santa Catarina, sendo que 179.808 residiam em meio urbano e 112.032 residiam em meio rural (FÁVERI; KROETZ; ALEXANDRINI, 2012).

A região do Alto Vale do Itajaí conta com 28 municípios, sendo eles: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum (AMAVI, 2014). A região é composta por quatro Secretárias de Desenvolvimento Regional (SDR) e possuem como representante estadual a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Conforme o artigo 1º do estatuto do Alto Vale, a AMAVI é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e com duração indeterminada. Fundada em 7 de novembro de 1964 visa à integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem (SUCESSO/SA, 2012).

A colonização do território do Alto Vale do Itajaí teve início no final do século XIX. Porém a instalação dos municípios começou a partir dos anos de 1930. Esta colonização se deu por imigrantes europeus, principalmente por alemães e italianos, e em menor proporção por poloneses e portugueses. Neste período da chegada de imigrantes, a região do Alto Vale era ocupada por povos indígenas Xokleng. Este primeiro contado não se deu de forma harmoniosa, sendo marcada por conflitos e inseguranças pela posse das terras (INÁCIO, 2007). Atualmente, as comunidades remanescentes do povo indígena Xokleng exibem uma população de 2.153 pessoas, vivendo nas terras Indígena de Ibirama Laklãno, que abrangem os municípios de José Boiteux, Vitor Meireles; Itaiópolis e Dr. Pedrinho (BRIGHENTI, 2013).

Os imigrantes europeus foram trazidos pelo Governo com o intuito de ocupar as terras concedidas e colonizar a região. Dedicaram-se principalmente ao cultivo da agricultura de subsistência e a extração vegetal. Esta auto sustentação e iniciação das atividades primárias ilustra a grande diversidade das produções da região, que impulsionaram a base industrial de produtos alimentares e madeireiros. Assim, se caracteriza os estabelecimentos de unidades agrícola familiares e o processo de industrialização da região, pois muitos imigrantes eram artesão e operários (INÁCIO, 2007).

O Alto Vale do Itajaí é caracterizado, no setor agrícola, pela agricultura de base familiar. A produção agrícola da região é dependente de poucas produções, sendo elas a de cebola, fumo e arroz, que representam 84% do valor bruto da produção agrícola. Na produção de cebola destacam-se os municípios de Ituporanga, Alfredo Wagner e Aurora. A produção de arroz tem os municípios de Pouso Redondo, Taíó e Mirim Doce como maiores produtores. Os municípios de Santa Terezinha, Vidal Ramos e Ituporanga se destacam na produção de fumo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

A região do Alto Vale do Itajaí apresenta, também, os cultivos de feijão, milho e mandioca. Na produção de origem animais destacam-se o leite, o mel, o peixe, suínos e aves. Além destas produções, a região possui atividades no meio rural como o turismo, as agroindústrias, as oleiculturas, as fruticulturas, as plantas bioativas e ornamentais. Produções que vem crescendo lentamente, mas valorizam as potencialidades e especificidades do Alto Vale do Itajaí (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para análise aos efeitos e impactos do programa Pronaf á região do Alto Vale do Itajaí se emprega a metodologia bibliográfica de fonte secundária. Assim, as informações descritas no referencial teórico foram sucedidas de outros materiais já publicados, aos quais contribuiu para o desempenho da pesquisa e dos dados coletados. Proporcionando, uma melhor compreensão sobre o tema abordado (FAVERI; BLOGOSLAWSKI; FACHINI, 2011). A

pesquisa exploratória se faz presente, na qual propõe um levantamento de informações necessárias para a investigação (CERVO; BERVIAN, 1983).

Utilizou-se também a pesquisa documental de fontes primárias. Estes documentos são utilizados como fonte para a pesquisa científica, originários dos próprios órgãos que realizaram as observações (MARCONI; LAKATOS, 2009). Para esta pesquisa foram coletados dados do Ministério do Desenvolvimento agrário, EPAGRI, Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca, IBGE e Banco Central.

A pesquisa quantitativa também fez parte deste trabalho. No método quantitativo se utiliza recursos e técnicas estatísticas para o levantamento de dados (FAVERI; BLOGOSLAWSKI; FACHINI, 2011). As informações desenvolvidos nesta pesquisa expõem dados referente à quantidade de estabelecimentos, área, produção e renda presentes na agricultura família e não familiar dos municípios do Alto Vale do Itajaí. Expõem, também, os financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf por custeio e financiamento, apresentando os números de contratos e valores (em reais) de cada município.

A microrregião do Alto Vale do Itajaí é caracterizada pela agricultura familiar. Na Tabela 1 foram apresentados as quantidades de estabelecimentos, área, produção e renda por municípios, especificados pela agricultura familiar e não familiar. A microrregião possui uma totalidade de 19.253 estabelecimentos de agricultura familiar e 1.301 de estabelecimentos não familiares. Os municípios de Santa Terezinha e Ituporanga exibem o maior número de estabelecimentos, sendo, respectivamente, de 2.011 e 1.457. Os municípios considerados com menor quantidade de estabelecimentos familiares são o de Trombudo Central com 282 estabelecimentos e Braço do Trombudo com 209. Para a quantidade de estabelecimentos não familiares os municípios de Ituporanga e Taió se destacam, apresentando 121 e 117 estabelecimentos. Já os municípios de Laurentino e Dona Emma apresentam a menor quantidade, sendo de 16 e 13.

O Alto Vale do Itajaí possui 357.408 hectares de área para a utilização da agricultura familiar e 110.753 hectares da agricultura não familiar. A cidade de Santa Terezinha possui a maior quantidade de área para agricultura familiar dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, com mais de 35 mil hectares. O município de Taió apresenta a segunda maior área com

25.998 hectares e a de maior quantidade de uso da agricultura não familiar com 20.169 hectares. As cidades de Mirim Doce e Rio do Sul são as únicas que apresentam maiores quantidades de área da agricultura não familiar do que as de uso da agricultura familiar, sendo Mirim Doce com 9.212 hectares de agricultura familiar e 13.123 de agricultura não familiar. Já a cidade de Rio do Sul possui 9.192 para uso da agricultura familiar e 9.810 da agricultura não familiar.

Na produção agrícola o Alto Vale do Itajaí apresenta grande destaque da agricultura familiar com 664.863 toneladas, em relação à agricultura não familiar com 102.845 toneladas. O município de Rio do Oeste produz a maior quantidade do Alto Vale do Itajaí vindo da agricultura familiar, chegando a 74.733 toneladas, seguido do município de Ituporanga com 62.434 toneladas e de Santa Terezinha com 49.956 toneladas. A cidade de Braço do Trombudo ganha relevância por apresentar sua produção da agricultura familiar menor do que a produção da agricultura não familiar, sendo assim de 3.097 e de 4.644. A produção do município de Trombudo Central é bem próxima nos dois setores, prevalecendo o de agricultura familiar com 18.721 toneladas e da agricultura não familiar com 17.339 toneladas.

A renda também apresenta destaque da agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, chegando a R\$ 452.707,00. Para a agricultura não familiar a renda foi de aproximadamente R\$ 57.004,00. O município do Braço do Trombudo apresentou sua produção de agricultura não familiar maior, de 2.084 toneladas, em relação a agricultura familiar, de 4.467 toneladas. Isso se explica pela produção também ter sido alta neste setor, e bem elevada se comparada com a quantidade de área e de estabelecimentos que exhibe. A cidade de Rio do Oeste apresenta a maior renda do setor da agricultura familiar, com R\$ 60.804,00, seguido de Pouso Redondo com R\$ 37.334,00 e de Ituporanga com R\$ 35.357. Para a agricultura não familiar o município de Rio do Campo ganha relevância com R\$ 8.170.

Tabela 1 – Quantidade de estabelecimento, área, produção e renda da agricultura familiar e não- familiar da microrregião do alto vale do Itajaí.

Município	Estabelecimento (Unidades)		Área (hectares)		Produção - Toneladas		Renda - R\$	
	Agric. Familiar	Agric. não-familiar	Agric. Familiar	Agric. não-familiar	Agric. Familiar	Agric. não-familiar	Agric. Familiar	Agric. não-familiar
Agrolândia	620	25	11.628	819	13.070	2.320	8.093,00	2.280,00
Agronômica	628	37	9.023	1.251	21.271	6.593	13.429,00	3.319,00
Atalanta	519	22	7.496	450	16.453	1.500	8.994,00	539,00
Aurora	753	20	12.577	2.680	24.370	1.366	14.071,00	476,00
Braço do Trombudo	209	19	4.959	764	3.097	4.644	2.084,00	4.467,00
Chapadão do Laeado	524	25	7.979	774	17.534	796	9.231,00	380,00
Dona Emma	323	13	7.708	1.608	9.543	469	5.232,00	245,00
Ibirama	314	25	7.398	1.332	8.366	261	7.955,00	225,00
Imbuia	657	33	7.413	1.005	24.959	2.104	13.336,00	1.150,00
Ituporanga	1.457	121	20.339	2.246	62.434	9.314	35.357,00	3.426,00
José Boiteux	572	23	13.535	2.718	13.369	593	9.216,00	249,00
Laurentino	294	16	4.058	357	9.299	1.827	6.965,00	961,00
Lontras	502	28	8.744	2.587	17.379	465	14.967,00	143,00
Mirim Doce	320	34	9.212	13.123	14.084	5.618	9.774,00	4.863,00
Petrolândia	812	45	13.799	4.345	22.269	629	12.262,00	254,00
Pouso Redondo	1.214	105	21.063	3.653	46.667	4.712	37.334,00	3.728,00
Presidente Getúlio	860	65	18.868	1.861	20.020	1.531	14.112,00	1.359,00
Presidente Nereu	364	24	8.771	4.490	9.376	2.901	5.937,00	1.876,00
Rio do Campo	647	105	16.364	7.462	23.183	9.139	16.852,00	8.170,00
Rio do Oeste	796	37	16.134	1.834	74.733	4.663	60.804,00	3.416,00
Rio do Sul	639	92	9.192	9.810	10.841	4.376	9.908,00	1.638,00
Salete	502	30	10.649	2.851	17.093	3.999	11.168,00	3.005,00
Santa Terezinha	2.011	59	35.521	11.452	49.956	1.672	31.920,00	734,00
Taió	1.143	117	25.998	20.169	39.474	8.087	28.056,00	4.051,00
Trombudo Central	282	34	4.762	1.250	18.721	17.339	17.110,00	3.329,00
Vidal Ramos	887	63	16.017	4.795	38.475	3.111	24.123,00	844,00
Vitor Meireles	849	59	17.076	4.143	24.091	2.495	15.416,00	1.748,00
Witmarsum	555	25	11.125	924	14.736	321	9.001,00	169,00
Total	19.253	1.301	357.408	110.753	664.863	102.845	452.707,00	57.044,00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE, 2014.

A Tabela 2 exibe os financiamentos rurais concedidos para os municípios do Alto vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 e de 2012. O Pronaf apresenta duas linhas de atuação, a de custeio e a de investimento. Assim, na Tabela 2 foram especificados os contratos e valores concedidos para as linhas de atuação de cada município do Alto Vale do Itajaí e a variação que sofreu no período de análise.

Na finalidade de custeio o município de Presidente Nereu possuiu a maior variação, de 455%, no número de contratos dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, com 33 contratos em 2003/04 passando para 183 contratos no ano de 2012. A cidade de Rio do Oeste possui a segunda maior variação, com 257%, que exibiu 176 contratos no ano de 2003/04 e 629 no ano de 2012. Lontras teve a maior queda na quantidade de contratos, passando de 188 contratos

para 100, apresentando assim uma variação de -47%. O Alto Vale do Itajaí exibiu uma variação de 24% na quantidade de contratos, passando de 7.554 para 9.350. Para os valores de créditos concedidos na finalidade de custeio, a região apresentou um valor de R\$35.986.220,00 no ano de 2003/04 e de R\$133.989.461,11 em 2012, gerando um crescimento de 272%. O município de Rio do Sul foi o que exibiu maior crescimento, passando de R\$661.706,00 reais concedidos em 2003/04 para R\$7.751.387,74, tendo uma variação de 1.071%. A cidade de Chapadão do Lajeado teve a menor variação, 7%, dentre os municípios, tendo em 2003/04 o valor de R\$2.079.248,00 e em 2012 de R\$2.220.507,93 de créditos. Vale destacar que nesta finalidade os números de contratos obtiveram quedas significativas em muitos municípios da microrregião.

Na finalidade de investimentos o Alto vale do Itajaí apresentou um relevante crescimento em âmbito de contratos e créditos concedidos. A cidade de Imbuia exibiu as maiores variações dentre os municípios no setor de contratos e créditos. Na linha de créditos sua variação foi de 23.367%, passando de 3 contratos no ano de 2003/04 para 704 em 2012. Para os valores concedidos, sua variação foi de 39.254%, sendo concedidos R\$29.767,00 em 2003/04 passando para R\$6.490.738,56 em 2012. O município de Santa Terezinha foi o segundo maior no número de contratos e de créditos, tendo uma variação de 17.200% nos contratos, passando de 2 contratos para 346. Para o valor conferido ao município, a variação foi de 36.320%, passando de R\$17.822,00 para R\$6.490.738,56. Nesta finalidade apenas três municípios apresentaram diminuição no número de contratos.

A cidade de Rio do sul teve a maior queda, de -61%, caindo de 72 contratos em 2003/04 para 28 em 2012. A cidade de Ituporanga foi a única a apresentar queda no valor concedido, passando de R\$3.157.281,00 para R\$2.562.106,45 em 2012, tendo uma queda de -19%. O Alto Vale do Itajaí apresentou um crescimento de 355% na quantidade de contratos e de 722% no valor concedido. Passando de 913 contratos em 2003/04 para 4.157 em 2012 e de R\$10.780.981,00 em 2003/04 para R\$88.603.974,41 no ano de 2012. É relevante destacar que alguns municípios não exibiram dados desta finalidade no ano de 2003/04.

Tabela 2 – Pronaf - financiamentos rurais concedidos para os municípios do alto vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 – 2012.

Municípios	CUSTEIO						INVESTIMENTO					
	2003/04		2012		Δ% 2003/04 - 2012		2003/04		2012		Δ% 2003/04 - 2012	
	Contrato	R\$	Contrato	R\$	Contratos	R\$	Contrato	R\$	Contrato	R\$	Contrato	R\$
Agrolândia	223	1.067.528,00	217	2.516.431,67	-3%	136%	14	176.879,00	92	1.780.015,12	557%	906%
Agrolândia	156	729.187,00	234	2.582.590,73	50%	254%	-	-	89	2.837.352,03	-	-
Atalanta	164	909.766,00	358	4.579.961,93	118%	403%	-	-	140	3.609.098,46	-	-
Aurora	253	1.246.833,00	469	8.884.355,33	85%	613%	6	91.499,00	146	4.067.391,36	2333%	4345%
Braço do Trombudo	231	762.536,00	130	1.028.193,62	-44%	35%	24	211.658,00	38	851.460,40	58%	302%
Chapadão do Lageado	352	2.079.248,00	190	2.220.507,93	-46%	7%	3	18.570,00	64	1.316.011,22	2033%	6987%
Dona Emma	204	712.414,00	192	1.563.940,39	-6%	120%	12	42.000,00	65	1.290.150,84	442%	2972%
Ibirama	76	262.734,00	52	377.343,31	-32%	44%	40	788.851,00	36	896.937,56	-10%	14%
Imbuia	298	1.715.539,00	794	12.993.608,68	166%	657%	3	29.767,00	704	11.714.411,12	23367%	39254%
Ituporanga	614	4.868.831,00	1102	25.809.013,80	79%	430%	303	3.157.281,00	258	2.562.106,45	-15%	-19%
José Boiteux	149	543.621,00	124	842.886,78	-17%	55%	1	13.209,00	87	1.619.294,91	8600%	12159%
Laurentino	141	514.612,00	153	1.357.608,26	9%	164%	3	27.383,00	86	2.886.233,85	2767%	10440%
Lontras	188	541.948,00	100	782.000,46	-47%	44%	1	12.961,00	44	1.044.106,34	4300%	7956%
Mirim Doce	119	917.409,00	133	2.161.811,00	12%	136%	1	52.000,00	30	1.030.526,19	2900%	1882%
Petrolândia	307	1.608.099,00	404	5.922.864,91	32%	268%	3	27.562,00	254	6.315.945,98	8367%	22815%
Pouso Redondo	486	2.436.048,00	434	4.922.161,79	-11%	102%	67	539.254,00	126	3.098.110,01	88%	475%
Presidente Getúlio	381	1.898.369,00	371	3.515.810,41	-3%	85%	92	1.183.661,00	172	3.604.040,65	87%	204%
Presidente Nereu	33	109.346,00	183	1.115.515,76	455%	920%	-	-	84	1.512.693,25	-	-
Rio do Campo	553	2.554.430,00	380	3.965.906,40	-31%	55%	65	702.073,00	152	3.392.032,25	134%	383%
Rio do Oeste	176	1.070.202,00	629	6.497.735,84	257%	507%	3	35.560,00	277	6.821.216,88	9133%	19082%
Rio do Sul	175	661.706,00	99	7.751.387,74	-43%	1071%	72	963.990,00	28	5.518.683,44	-61%	472%
Saete	276	869.290,00	211	2.329.452,54	-24%	168%	59	629.993,00	123	3.004.514,77	108%	377%
Santa Terezinha	319	1.096.202,00	520	4.158.045,92	63%	279%	2	17.822,00	346	6.490.738,56	17200%	36320%
Taió	547	2.457.840,00	460	5.056.722,41	-16%	106%	2	29.140,00	149	2.938.423,92	7350%	9984%
Trombudo Central	128	635.712,00	119	1.120.210,23	-7%	76%	12	117.088,00	37	987.700,07	208%	744%
Vidal Ramos	505	1.637.026,00	692	14.840.593,77	37%	807%	123	1.902.963,00	303	2.094.338,18	146%	10%
Vitor Meireles	327	1.353.037,00	339	3.324.533,93	4%	146%	2	9.817,00	141	3.567.218,24	6950%	36237%
Witmarsum	173	726.707,00	261	1.768.265,57	51%	143%	-	-	86	1.753.222,36	-	-
Total	7554	35.986.220,00	9350	133.989.461,11	24%	272%	913	10.780.981,00	4157	88.603.974,41	355%	722%

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, e do Banco Central do Brasil, 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar começou a ganhar relevância e força no mercado nacional através da reivindicação dos trabalhadores rurais a partir da década de 90. Estes solicitavam a implantação de políticas públicas que desenvolvessem as pequenas propriedades rurais. Com o reordenamento do Estado brasileiro, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo esta considerada a política pública de maior relevância, responsável por promover o crescimento econômico das propriedades rurais.

O Pronaf sofreu consideráveis mudanças desde sua implantação até os dias atuais, principalmente em sua área de abrangência. Passando a apresentar linhas de atuação

específicas para os diferentes setores da agricultura familiar, assim se adequando a realidade do agricultor.

A presente pesquisa teve por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores da microrregião do Alto Vale do Itajaí. Com a finalidade de apresentar os financiamentos rurais concedidos pelas linhas de custeio e investimento, apresentando os números de contratos e valores em reais de cada município. Também foram especificados a quantidade de estabelecimentos, área, produção e renda da agricultura familiar e não-familiar da microrregião.

Podemos destacar que o Alto Vale do Itajaí apresenta uma elevada concentração de terra. A agricultura familiar expõe uma área de 357.408 hectares, e uma quantidade de estabelecimentos de mais de 19 mil unidades, expondo cerca de 18,5 hectares por estabelecimento. Em comparativo, a agricultura não-familiar apresenta uma área total de 110.753 hectares e de 1.301 estabelecimentos, exibindo aproximadamente 85 hectares por propriedade não-familiar.

O Pronaf apresentou um crescimento econômico relevante no período analisado. A linha de crédito de maior destaque foi a de investimento, que na microrregião exibiu um crescimento de 722% no valor de crédito e de 355% nos contratos concedido. Apesar disso, a linha de custeio apresentou os maiores valores nestes dois setores. Expondo em 2012 cerca de 9.350 contratos e R\$133.989.461,11 concedidos aos municípios.

Desta forma se destaca o elevado crescimento da utilização do programa no período analisado para os municípios do Alto Vale do Itajaí. Este auxílio vem sendo procurado com a finalidade de promover a sustentabilidade da propriedade rural. Através do custeio da safra e do investimento da infraestrutura necessária para ampliação da produção e do estabelecimento. Com o Pronaf mais agricultores tem capacidade de se manterem no setor rural, obtendo crescimento em seu capital e permitindo um maior desenvolvimento em seus processos produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7Q9CCvUktcMJ:comunidades.mda.gov.br/o/1635683+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> . Acesso em: 22 jun. 2014. Acesso em: 26 de abril de 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr. 1997. Disponível em: http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_uso_do_solo/11 . Acesso em: 22 jun. 2014.

AMAVI. **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**. 2014. Disponível em: www.amavi.org.br/sistemas/pagina/AMAVI/estatuto. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/L11326.htm> . Acesso: 01 de março de 2015.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Programas**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/> . Acesso em: 31 maio 2014.

Banco do Brasil. **Agronegócio: Pronaf**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10817,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=19318&codigoRet=11753&bread=1>. Acesso em: 26 abr. 2014.

EPAGRI. **Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar**: Pronaf. Disponível em: http://carcara.epagri.sc.gov.br/epagri/?page_id=1090 . Acesso em: 26 abr. 2014.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural. 1999-2012**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2011> . Acesso em: 02 out. 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. 2013. Disponível em: <http://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf> . Acesso em: 06 set. 2014.

BRASIL. Constituição (1993). Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm . Acesso em: 22 jun. 2014.

Banco Central. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel525.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 3º ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1983.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica Agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai / RS: suas metamorfoses e reações locais. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/405.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

EMBRAPA. Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil. 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/192404437/Modulo-Fiscal-Embrapa> . Acesso em: 10 jun. 2014.

FÁVERI, José Ernesto de; KROERTZ, Marilei; ALEXANDRINI, Fábio. O Alto Vale do Itajaí e a Ideologia do Desenvolvimento Regional: Concepções e Análises. Blumenau: Nova Letra; 2012.

FÁVERI, Helena Justen; BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olimpio. Educar para a pesquisa: Normas para a produção de textos científicos. 4. ed. Rio do Sul: Nova Letra, 2011.

GUILHOTO, Joaquim and Ichihara, Silvio Massaru and Silveira, Fernando Gaiger and Azzoni, Carlos Roberto. Family Agriculture: Contributing to the Brazilian National Wealth (Agricultura Familiar: Contribuindo Para a Riqueza Nacional) (June 10, 2011). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1862353> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1862353>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420950&search=santa-catarina|laurentino> . Acesso: 17/05/2014.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí. 2007. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103186/248836.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 out. 2014.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD Estudos, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf> . Acesso: 01 de março de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho Científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Org.). Versão Preliminar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território do Alto Vale do Rio Itajaí. 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio011.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO (Rome Italy) (Org.). O que é agricultura familiar? 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

RIO DE JANEIRO. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: Pronaf Investimento. 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html> . Acesso em: 16 ago. 2014.

Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca. Manual de Orientação Pronaf. Disponível em: http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=233 . Acesso em: 10 maio 2014.

SILVA, Valquíria da. O subsídio e a política agrícola no Brasil. Pré-univesp, São Paulo, v. 2012, n. 26, p.1-2, nov. 2012. Disponível em: <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4153/o-subs-dio-e-a-pol-tica-agr-cola-no-brasil.html> . Acesso em: 25 maio 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do Pronaf:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

SUCESSO/SA. **Alto Vale do Itajaí:** História e potencialidades da microrregião. Sucesso/SA, Rio do Sul, v. 1, n. 1808, p.10-11, mar. 2012. Disponível em: <http://www.sucessosa.com.br/noticias/81/alto-vale-do-itajai> . Acesso em: 22 jun. 2014.

SANTA CATARINA. EPAGRI. . **Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – Pronaf**. Disponível em: http://www.epagri.sc.gov.br/?page_id=1090. Acesso em: 01 fev. 2015.

TENÓRIO, Roberto. **Agricultura**: Do subsídio à política agrícola. Ipea, São Paulo, v. 68, n. 8, p.1-9, out. 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23 . Acesso em: 26 abr. 2014.

Artigo recebido em 7 de março de 2016 e aprovado em 11 de maio de 2016.